



INF

**ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - ADUR - RJ**
Rod. BR 465, km 7 (km 47, Estr. Rio-São Paulo)
23851, Seropédica - Itaguaí, RJ - Caixa Postal 74537
(021) 682-1210/20 - R. 238 - Telex (021) 34411 (CGC 30.612.592/0001 - 63) - Fax (021) 682-1120

Senhor Conselheiro,

Num momento em que toda uma articulada e artilosa estratégia de desmonte da Universidade Pública se configura, não mais como uma ameaça a médio e longo prazo, mas com ações concretas e já em andamento em variadas frentes, torna-se imprescindível um posicionamento contundente e efetivo daqueles que constituem a alta administração de nossa Universidade.

E importante desmascarar o discurso governamental, apontando-lhe a fragilidade, principalmente quando, utilizando os princípios defendidos historicamente pelo Movimento Docente (gratuidade e qualidade), tentam escamotear as suas reais intenções de criar dois tipos de universidades públicas: os Centros de Excelência - geradores do conhecimento, e os escolões de 3o. grau - repassadores desses conhecimentos e presa fácil da iniciativa privada.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que o MEC se preocupa em desmentir os "boatos" quanto à exclusão das IFES do projeto de implantação da Isonomia Salarial, uma simples leitura do art. 2o., inciso I, do Anteprojeto que regulamenta os artigos 37, XI e 39 #1o., da Constituição e do #1o., do art. 207, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 56-B), nos permitem verificar que:

- a Isonomia é estendida "ao pessoal civil e militar, de qualquer categoria, da administração pública direta, autárquica e fundacional, dos Poderes da União";
- "As Universidades públicas constituirão categoria específica de entidade integrante da administração pública indireta e serão dotadas de personalidade jurídica própria".

Como se vê, pelo art. 2o., acima citado, enquanto as Universidades se mantiverem como autarquia, estarão incluídas na proposta de isonomia. Porém, o governo joga pesado na aprovação do PEC-56 e quando isto acontecer, deixaremos de nos enquadrar na isonomia.

Não tenhamos dúvidas que a hipótese otimista do governo é a de que o PEC-56 esteja aprovado antes dos 90 dias que existem de prazo para a apresentação do projeto de isonomia, o que é bem possível visto que o mesmo já recebeu parecer favorável na Comissão Especial de Desregulamentação e Modernização do Estado e entrará na pauta da Câmara nos próximos dias.

Reiteramos a solicitação da Assembléia da ADUR de que o Conselho Universitário de nossa Universidade se posicione firmemente contra o PEC-56 e divulgue amplamente esta decisão.

Na certeza de que o posicionamento dos senhores Conselheiros afirmará o compromisso com a Universidade Pública, Gratuita e de qualidade, apresentamos nossas

Saudações Universitárias